

SUSTENTABILIDADE

ASPECTOS PSICOLÓGICOS E LEGAIS

3ª UNIDADE

TATIANA PERES DE ASSIS MAIA



SUSTENTABILIDADE

ASPECTOS PSICOLÓGICOS E LEGAIS

3ª UNIDADE

TATIANA PERES DE ASSIS MAIA



CENTRO UNIVERSITÁRIO

Copyright Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Núcleo de Educação a Distância.

Todos os direitos são reservados. É proibida a reprodução, distribuição, comercialização ou cessão sem autorização dos detentores dos direitos. Esse livro foi publicado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, para leitura exclusiva online pelos alunos matriculados no Ensino a Presencial. Os leitores poderão imprimir as páginas para leitura pessoal. Os direitos dessa obra não foram cedidos.

Autores: Tatiana Peres de Assis Maia

Título: Sustentabilidade

Diretor geral: Cleber Fagundes Ramos

Gerente de produção: Vanessa Anderle Zaiatz

Design Instrucional: Anderson Julio de Souza

Projeto gráfico: Bruno Vinícius dos Reis

Diagramação: Fabricio Frigo Pielke

1ª Edição

2019

fag.edu.br

Av. das Torres, 500, Bloco 03

Fone: (045) 3321-3422

Loteamento FAG | CEP: 85.806-095

Cascavel | Paraná | Brasil

SUMÁRIO

Ponto de Partida	10
Roteiro do Conhecimento.....	11
Unidade - 3 Aspectos Psicológicos e Legais	12
3.1 - Aspectos Psicológicos e Legais	13
3.1.1 - Aspectos Psicológicos.....	14
3.1.2 - Aspectos Legais	18
3.2 - Aspectos Políticos, Sociais e Econômicos.....	23
3.3 - Aspectos Científicos.....	32
3.4 - Aspectos Culturais e Étnicos	45
O que Aprendemos.....	56
Referências.....	57v

PONTO DE PARTIDA

Caro (a) aluno (a), iniciaremos nossa terceira unidade de estudo, na qual vamos trabalhar sobre todos os aspectos que fazem parte do estudo da Sustentabilidade. Ao final desta unidade, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Refletir sobre todos os aspectos ligados à sustentabilidade.
- Analisar a sustentabilidade em um nível político, social e econômico.
- Integrar estes conceitos no seu cotidiano.

ROTEIRO DO CONHECIMENTO

No decorrer desta unidade, você conhecerá vários aspectos que apesar de não falarmos muito, são extremamente importantes para a Sustentabilidade.

A seguir, você pode acompanhar todas as seções que serão trabalhadas ao longo da unidade:

- 3.1 - Aspectos psicológicos e legais.
- 3.2 - Aspectos políticos, sociais e econômicos.
- 3.3 - Aspectos científicos.
- 3.4 - Aspectos culturais e étnicos.

UNIDADE - 3 ASPECTOS PSICOLÓGICOS E LEGAIS

3.1 - ASPECTOS PSICOLÓGICOS E LEGAIS

Quando falamos de sustentabilidade, em primeiro lugar pensamos na questão ambiental, mas atualmente outras questões também podem ser adicionadas a esta lista, como por exemplo a solidariedade, cooperação e práticas sociais em geral.

Diante da importância das práticas sociais na possibilidade de viabilizar o que está implicado no conceito de sustentabilidade, devemos considerar as contribuições de estudos das áreas da Psicologia, da Educação, da Saúde, da Antropologia, da Sociologia, para citar apenas algumas. Estudos desse tipo permitem compreender como funcionam os sistemas sociais e prever o que pode ser feito para que tenhamos condições de um padrão de vida sustentável. Eles envolvem análises complexas e sofisticadas de processos psicológicos, sociais e culturais, os quais estão mutuamente implicados, e que certamente estão escritos numa linguagem acessível àqueles que vivenciam o meio científico, mas não ao cidadão comum. Assim, a falta de acessibilidade e de compreensão do que é produzido no meio acadêmico pode ser uma barreira para que um maior número de pessoas se envolva, se preocupe e se comporte de forma sustentável.

3.1.1 - ASPECTOS PSICOLÓGICOS

Quando consideramos o histórico da Sustentabilidade somado aos dados mundiais, podemos observar que nos últimos 50 anos houve um aumento populacional de 2,5 bilhões de habitantes para 6 bilhões. Analisando-se outros aspectos, com esse grande aumento populacional tivemos o aumento do uso da água e conseqüentemente do seu represamento; consumo de fertilizantes, consumo de papel, aumento do número de veículos nas ruas, etc.

A natureza também mudou, hoje temos o aquecimento global, houve uma época em que a camada de ozônio estava em cheque, temos destruição acelerada de florestas tropicais, extinção de uma variedade de espécies, entre outros.

Na tentativa de enfrentar o problema da pouca disponibilidade de informações e do pequeno número de atividade pró-ambientais praticadas pelo cidadão comum, algumas questões podem ser levantadas:

Será que existem padrões comportamentais que podem ser desenvolvidos e observados por aqueles que vivenciam o dia a dia das comunidades e das cidades?

Será que o cidadão comum pode fazer algo e contribuir para um desenvolvimento sustentável?

A resposta para ambas as questões é sim! Um número muito grande de pequenas coisas podem em conjunto representar uma grande contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Quando consideramos a estrutura de um sistema, o meio ambiente em que ele funciona também deve ser considerado, pois o homem possui grande capacidade para modificar seu ambiente e ajustá-lo às suas necessidades.



Essas mudanças ocorridas no meio ambiente, indicam, em muitos estudos, que as atividades humanas estão no centro destas atividades, e é bastante adequado considerarmos que as ações humanas podem tanto destruir quanto fazer a diferença, podendo mudar a maneira de pensar o mundo, sendo necessário assumir riscos consideráveis em tentar modificar o estado atual e em defender uma alteração significativa na maneira pela qual as coisas são feitas. E é aqui que entra a Psicologia Ambiental.

Mas afinal, o que é essa tal de Psicologia Ambiental?

A Psicologia Ambiental estuda o indivíduo em suas relações com o meio ambiente físico e social.

As dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo frente ao ambiente.

Parece um pouco confuso, mas vamos pensar assim: Cada pessoa percebe e tem atitudes individuais em relação ao seu ambiente físico e social. E, em sustentabilidade, estudamos os efeitos desse ambiente físico em resposta as condutas humanas.

A Psicologia Ambiental tem por objetivo analisar as formas como as condições ambientais afetam as capacidades cognitivas, mobilizando os comportamentos sociais que causam impacto à saúde mental dos indivíduos, além de contribuir para análise das percepções e interpretações das pessoas sobre o meio ambiente, podendo ser associada com outras áreas de conhecimento, como sociologia e biologia, por exemplo.

Então podemos dizer que a psicologia ambiental estuda a reciprocidade entre uma pessoa e o ambiente. Essa inter-relação entre o ser humano e o ambiente é um processo dinâmico porque agimos sobre o meio ambiente e o ambiente se modifica de acordo com as influências humanas.

Além do que já foi falado, a Psicologia Ambiental também desempenha um papel importante na melhoria da conservação dos espaços, beneficiando o convívio entre as pessoas, seja no ambiente familiar, educacional, organizacional ou urbano, pois o ambiente é cenário de nossas vidas, podendo se apresentar como um estímulo tanto positivo quanto negativo.



Bonfendbrenner (1996) desenvolveu a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, no qual faz uma classificação do ambiente ecológico com enfoque psicossocial, no qual o homem se relaciona e evolui. A classificação é a seguinte:

Microssistema: Nesta classificação as relações interpessoais são dadas face-a-face, e o indivíduo é participante e possui papéis sociais, como casa, escola, trabalho, etc.

Mesossistema e Exossistema: Estas classificações consistem nos processos que ocorrem entre dois ou mais contextos (como vizinhança ou comunidade; ou ambientes de proximidade), sendo que no mesossistema a pessoa está em desenvolvimento, não participa, mas sofre influências, enquanto no exossistema a pessoa é participativa.

Macrossistema: Aqui, comportam características dos sistemas mais amplos, como cultura, economia, educação, política, etc e seus efeitos são indiretos, ou seja, se manifestam através das interações da pessoa nos vários microssistemas que circula. Aqui, o indivíduo está em espaços coletivos públicos.

Uma outra classificação que podemos considerar são os territórios que correspondem aos ambientes discutidos pelas classificações acima, porém ela atribui um sentido de grau de intimidade e controle por parte do indivíduo em relação ao espaço. A classificação é a seguinte:

Territórios primários: A casa ou escritório particular, personalizados de forma que revelam a identidade individual ou do grupo;

Territórios secundários: Menos exclusivos como um barzinho que por vezes aparecem clientes estranhos aos usuários habituais;

Territórios públicos: Espaços abertos como praias, parques, etc., que proporcionam pouca intimidade.

Estas classificações do ambiente tornam-se fundamentais para um planejamento teórico e melhor estudo da relação homem-ambiente, já que o ambiente propicia o sentido e a identidade, posicionando o indivíduo social, econômica e culturalmente.

Observando algumas definições sobre o ambiente e o indivíduo, é possível concluir que um não existe sem o outro e por isso torna-se importante analisar como o indivíduo percebe o ambiente e vive e como este influencia seu comportamento e de que forma este contribui para o seu desenvolvimento. O ambiente deve ser um abrigo que protege e dá segurança contra agentes exteriores, filtra qualidade e número de contatos sociais; transmite cultura, valores e interesses pessoais; tem a função de proporcionar prazer e desenvolvimento, dependendo da disposição da pessoa no momento e das experiências que favorecem a aprendizagem de novas habilidades.

Finalmente, destacamos um aspecto relevante do ponto de vista psicológico, que é a da procrastinação, um termo que se refere ao adiamento de tarefas. Se as pessoas não adiassem tarefas, se elas não postergassem e transferissem responsabilidades com o meio ambiente, provavelmente não teríamos problemas ambientais e possivelmente não estaríamos discutindo sustentabilidade. Contudo, a falta de tempo e de condições para uma atividade de preservação, como a simples separação do lixo reciclável de forma apropriada, é uma das “desculpas” que mais se ouve. O planejamento inadequado de compromissos e um mau gerenciamento do tempo podem ser a origem da procrastinação associada a uma prática social que foi estabelecida que é a de responsabilizar os outros por aquilo que deixamos de fazer. A superação e/ou extinção do comportamento de procrastinar pode representar um grande avanço para o desenvolvimento sustentável. Assumir responsabilidade com o meio ambiente é uma prática social que começa com atividades simples e até prazerosas como cultivar um jardim e não tem um limite que restringe o que nós cidadãos podemos fazer. Para finalizar cabe bem a máxima que tem sido ouvida sempre que se fala em sustentabilidade: **“comportamentos individuais podem alcançar transformações globais!”**

3.1.2 - ASPECTOS LEGAIS

Como vimos na unidade 2, na década de 60 começamos a ter discussões sobre a importância da preservação ambiental. Ao longo dos últimos 50-60 anos a ruptura entre a natureza e o ser humano chegou às últimas consequências, tendo o meio ambiente se tornado um interesse e uma preocupação internacional. Quando falamos do Brasil, houve a positivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que está expresso no artigo 255 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que diz:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para a presente e futuras gerações”.

Este artigo fez surgir um complexo de direitos e deveres, em uma nova área do direito, chamada Direito Ambiental. Os princípios do Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida em quaisquer das formas em que esta se apresente e, para garantir um padrão de existência digno para os seres humanos, desta e das futuras gerações.

O Direito Ambiental tem ainda o propósito de conciliar a pretensão da sociedade de evoluir tecnologicamente e socialmente, com a necessidade de garantir a preservação do equilíbrio ambiental, situação referida na doutrina e na própria legislação ambiental como sustentabilidade.

O Direito Ambiental é referido como um dos chamados “direitos de terceira geração”, juntamente com o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação. Este ramo do Direito é formado por uma série de princípios diferenciados, que regem as relações entre o homem e o meio ambiente.

Estes princípios estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida em quaisquer formas em que se apresente e, para garantir um padrão de existência digno para os seres humanos, desta e das futuras gerações, e também possuem o propósito de conciliar a pretensão da sociedade de evoluir tecnologicamente e socialmente, com a necessidade de garantir a preservação do equilíbrio ambiental, o que chamamos de sustentabilidade. Vamos ver quais são estes princípios?

Princípio do Direito Humano ao Meio Ambiente Sadio: Trata-se de um dos mais importantes princípios do Direito Ambiental. Este princípio dita que temos o direito de viver em um ambiente sadio e livre de poluição sobre qualquer das formas, sem que sejamos postos diante de situações que acarretem prejuízos à qualidade de vida, em razão de posturas contrárias aos dogmas de preservação do meio ambiente.

Princípio da Interdisciplinaridade: O Direito Ambiental é fundamentalmente interdisciplinar. O apoio técnico e de outras disciplinas que não apenas o Direito serão próprias e necessárias para que se dê suporte à aplicação das normas ambientais.

Princípio da Precaução (Prudência ou Cautela): O princípio da precaução orienta que não seja produzida intervenção no meio ambiente antes de se ter a certeza de que ela não se qualifica como adversa, a partir de um juízo de valor sobre a sua qualidade e uma análise do custo/benefício do resultado da intervenção projetada.

Princípio da Prevenção: Para entendermos este princípio, vou dar um exemplo: Uma fábrica quer construir em um terreno e está lançará partículas poluentes para a atmosfera pela chaminé. O princípio da Prevenção exigirá que uma solução técnica seja aplicada, no caso do exemplo, a instalação de um filtro para que se elimine o grau de contaminação capaz de ocasionar prejuízos à saúde da comunidade vizinha onde se instalará o empreendimento. Ao se realizar a prevenção a Administração Pública pode autorizar o exercício da atividade potencialmente poluidora.

Princípio do Universalismo: Resumidamente: Aja localmente e pense globalmente! Os danos ambientais gerados em uma determinada localidade podem alcançar extensões diferentes daquelas que inicialmente sustentavam a pretensão do poluidor, por exemplo, lagos, rios e mares.

Princípio do Desenvolvimento Sustentável: Representa um dos mais importantes princípios do Direito Ambiental, pois clama pela coexistência entre o desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente. Dá-se através de várias leis ambientais.

Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais: A Constituição da República, em seu Artigo 255 destaca o meio ambientes como bem difuso. É, portanto, inconstitucional as limitações de acesso aos recursos naturais, desde que seus utilitários ajam no sentido de preservar o meio ambiente.

Princípio da Preservação: Está vinculado à ideia de proteção e conservação da boa qualidade do meio ambiente, de modo a garantir uma existência digna. É um dever imposto a todos.

Princípio do Limite: As atividades poluidoras apresentam limites legais, e, as ciências que interagem com o Direito Ambiental, como a engenharia, a geologia e biologia é que serão nortes para que se estabeleça o limite de interferência da atividade potencialmente poluidora no meio ambiente gerando, por conseguinte, padrões gerais de comportamento.

Princípio da Informação: A informação é o primeiro instrumento de proteção ao meio ambiente. Quando falamos juridicamente, o meio ambiente tem natureza jurídica difusa. E, como tal, pertence a toda coletividade que dele pode dispor, sem que, no entanto, cause prejuízos. Sendo assim, é necessário que seja permitido à toda coletividade conhecer quais são as medidas conduzidas pelo Poder Público e por particulares, com a finalidade de proteção do meio ambiente.

Princípio da Responsabilização: Aqui temos o princípio de que o poluidor deverá responder por suas ações ou omissões em detrimento da preservação do meio ambiente, de modo a que sejam desmotivadas condutas contrárias ao bem ambiental e que seja garantida a obrigação de recomposição dos danos causados. A efetivação do Princípio da Responsabilização impede que o custo da utilização individualizada desastrosa do bem ambiental venha a ser suportada por toda a coletividade.

O Direito Ambiental tem se mostrado, algumas vezes distorcidos na sua utilização, sendo desrespeitados em garantias constitucionais ambientais. Temos a culturalidade de acreditar que o meio ambiente se recupera facilmente, e não nos preocupamos como deveríamos com danos e impactos ambientais negativos, prejudicando a natureza até de forma irreversível. A prevenção geral e a necessidade de demonstrar a eficácia de decisões do Judiciário se fazem por legislações específicas e da própria sustentabilidade. Isso nos mostra como o Direito Ambiental é importante e pode fazer a diferença.

—— APRENDA UM POUCO MAIS ——

O meio ambiente representa uma expressão que dá margem a muitas interpretações, assumindo diversos sentidos e acepções. Por causa dessa plurissubjetividade, podemos “extrair” alguns aspectos. São eles:

Meio ambiente natural: É o meio ambiente descrito nos livros de ecologia, é aquele que tem uma inter-relação dos seres vivos e o meio em que habitam.

Meio ambiente artificial: É o espaço urbano constituído pelas edificações e pelos demais equipamentos, como ruas e praças, ou seja, as cidades.

Meio ambiente cultural: Aqui temos o patrimônio histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, etc.

Cada um destes aspectos está submetido a um regime jurídico diferenciado e específico.

3.2 - ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

A sustentabilidade tende a ser entendida como um movimento ambientalista, mas, em um contexto mais amplo, podemos entender a sustentabilidade como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição dos seus recursos naturais.

A problemática da sustentabilidade traz uma importante reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento, em suas três esferas: política, social e econômica, além das alternativas que se configuram para garantir uma equidade e articular as relações entre o global e o local.

Quando falamos do aspecto social, geralmente estamos também falando do aspecto político, pois ambos se complementam com estratégias para a construção de uma sustentabilidade urbana. Como atingimos isso? Buscando resultados através de políticas e ações capazes de garantir a sustentabilidade comprometida com a justiça social, nos seus aspectos distributivos e espaciais, eliminando a desigualdade no acesso aos frutos da civilização.

Segundo autores que estudam a sustentabilidade urbana, existem algumas estratégias, tais como:

- Resgate das funções sociais do Estado para garantir o direito à cidade;
- Atendimento aos direitos básicos;
- Construção da cidadania;
- Combate a especulação e privatização dos bens naturais e das ações públicas a partir da construção de políticas públicas e de sua democratização;
- Planejamento político que favoreçam a distribuição de renda, justiça social e mecanismos que garantam acesso menos desigual aos recursos naturais e ambientais que integram a variedade de meios construídos do espaço urbano brasileiro;
- Gestão democrática em todos os níveis da federação para possibilitar a participação da população no planejamento, na operação e governo das cidades, das metrópoles e no desenvolvimento da política urbana nacional.

Todas estas questões incorporam a sustentabilidade nas discussões político-sociais. Contudo, trazem também um desafio para a gestão municipal, com contradições e conflitos, principalmente quando consideramos a questão cultural civil e local. Segundo Leroy e colaboradores (2002) há uma necessidade de pactos entre os setores da sociedade na formulação e execução de políticas públicas, onde tais setores estejam abertos a reais transformações e aceitem negociar e, portanto, sacrificar algum interesse particular no compromisso de se engajar nas políticas pactuadas.

Essa mudança sociopolítica se faz urgente, através de um maior questionamento sobre o papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais, pois o processo democrático tem um grande impacto na ampliação da capacidade e influência sobre os diversos processos decisórios em todos os níveis da atividade social e das instituições sociais.

A participação social também é um fator importante como instrumento de fortalecimento da sociedade civil, pois também se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado. Trata-se de pensar o ordenamento das diferenças dentro do marco de questionamento sobre o papel do Estado enquanto regulador da sociedade.

Agora, quando consideramos o aspecto econômico, temos o que chamamos de sustentabilidade econômica. A sustentabilidade econômica nada mais é do que um conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

Assim, o conceito de sustentabilidade econômica pressupõe o objetivo de manter o crescimento econômico, sem destruir ou prejudicar o meio (ambiental e social) em que esse crescimento econômico se dá. Significa operar o negócio de maneira a obter a rentabilidade esperada ao mesmo tempo que reconhece a importância de questões sociais e ambientais. Vantagens da sustentabilidade econômica:

- Maior economia financeira a médio e longo prazo;
- Aumento de lucros e redução do risco por meio de combate à poluição e melhoria da eficiência ambiental de produtos e processos;
- Melhora da imagem perante cidadãos e consumidores;
- Obtenção de ganhos indiretos, pois terão um meio ambiente preservado, maior desenvolvimento econômico e a garantia de uma vida melhor para as futuras gerações;
- Vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes.

O aspecto empresarial somente irá ocorrer se os três pilares do tripé estiverem funcionando de maneira equilibrada. Vamos relembrar estes pilares na figura 3.1.

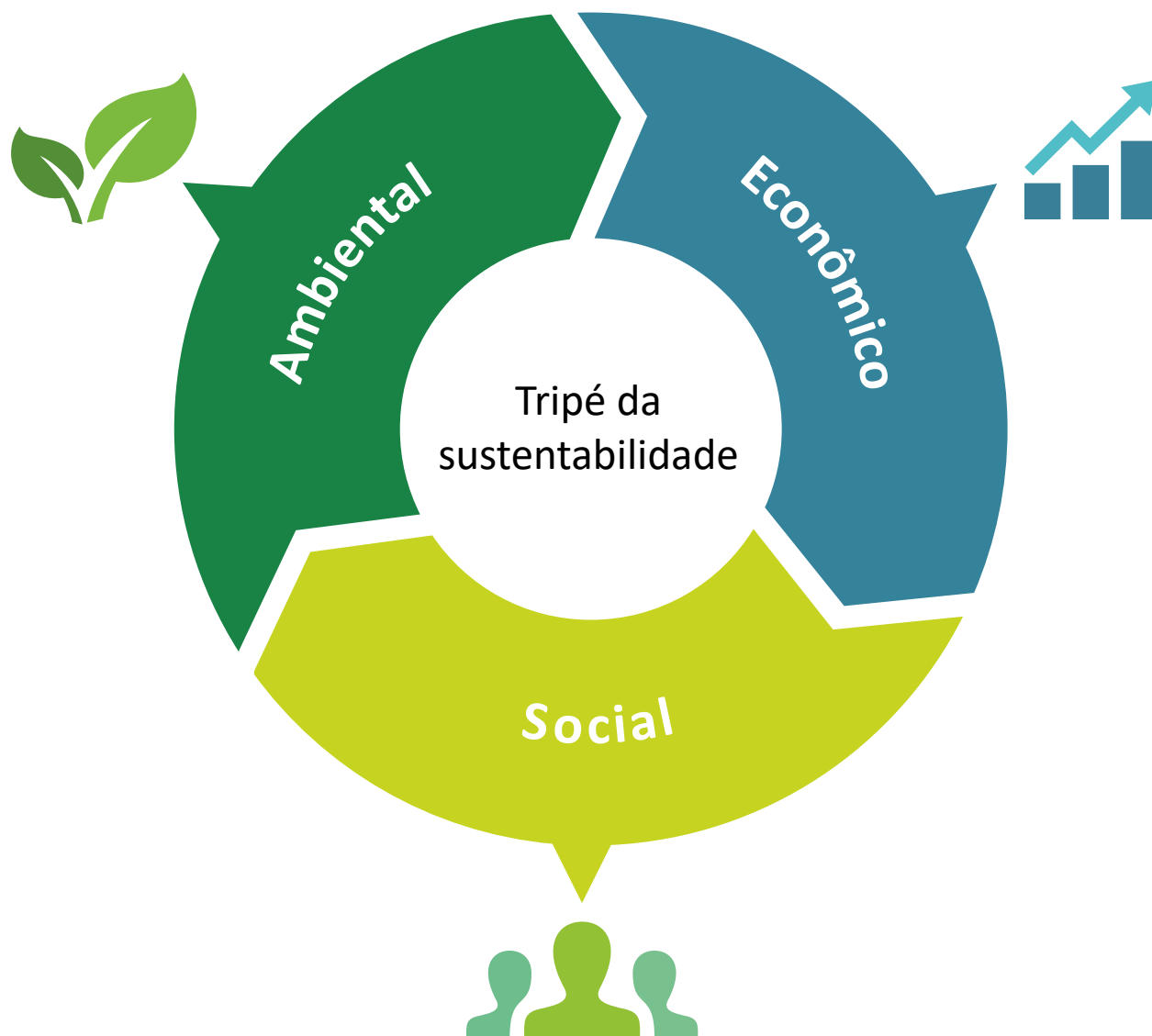


Figura 3.1 - Tripé da Sustentabilidade
Fonte: Adaptado de [sicoobcrediluz](http://sicoobcrediluz.com.br)

Agora uniremos o conhecimento de Sustentabilidade às empresas. Não existe ainda uma definição universalmente aceita para Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Melhor começar pelo que não é: RSE não é filantropia. Nem mera ferramenta de marketing. Nem simples cumprimento das leis e regulamentos. É mais que isso.

Um primeiro conceito diz que a RSE nada mais é do que uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os seus públicos e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Vamos entender mais sobre esse assunto.

A Responsabilidade Social Empresarial consiste num conjunto de iniciativas por meio das quais as empresas buscam – voluntariamente – integrar considerações natureza ética, social e ambiental às suas interações com clientes, colaboradores, fornecedores, concorrentes, acionistas, governos e comunidades as chamadas “partes interessadas” – visando ao desenvolvimento de negócios sustentáveis.

Podemos então dizer que a Responsabilidade Social Empresarial pode ser definida como um conjunto de iniciativas:

- Que preconizam o desenvolvimento de negócios sustentáveis, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social e ambiental.
- De caráter voluntário.
- Voltadas aos seus diferentes públicos ou “partes interessadas”.
- Focalizadas na dimensão ética de suas relações com esses públicos, bem como na qualidade dos impactos da empresa sobre a sociedade e o meio ambiente.

Ou seja, a Responsabilidade Social Empresarial, por sua vez, é um conjunto de atividades e iniciativas de sentido estratégico, que têm como objetivo preparar as empresas para responder – de forma proativa – a um conjunto de questões com as quais elas estarão cada vez mais confrontadas.

Para isso, te digo que a empresa deve:

- Identificar com clareza todos os seus públicos relevantes.
- Compreender como eles podem impactar ou ser impactados pelas atividades da empresa.
- Conhecer suas demandas e expectativas em relação à organização são algumas dessas questões.

E uma empresa faz isso ao buscar:

- A ética e a transparência em seus negócios.
- O aprimoramento das relações com seus diferentes públicos.
- A qualidade de seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente, as empresas estão, ao mesmo tempo, pavimentando o caminho para a sua competitividade.

E como toda e qualquer atividade realizada por uma empresa, essas novas tarefas também requerem um novo conjunto de conhecimentos e de competências que não podem ser desenvolvidas da noite para o dia.

Trilhar os primeiros passos em direção à Responsabilidade Social Empresarial significa preparar a empresa para lidar com o futuro. Um trabalho que além de essencial para a sustentabilidade da própria empresa estará também contribuindo para a sustentabilidade ambiental e para a qualidade de vida das pessoas da atual e das próximas gerações.

Sabemos que as empresas são poderosos agentes de transformação e que ao adotarem um comportamento socialmente responsável podem construir, com o Estado e a sociedade civil, um país e um mundo melhores, abrir perspectivas de maior sucesso empresarial, tornar-se mais eficientes e capazes de influenciar políticas públicas que favoreçam cidadãos e comunidades.

Fique sabendo, que não são poucos os desafios para que se chegue a um patamar razoável de satisfação. A RSE implica que a melhora da performance da empresa depende não apenas dos serviços prestados, dos produtos vendidos e do lucro auferido, mas também do impacto sobre o bem-estar humano. E se acreditamos que num futuro não muito distante as organizações bem-sucedidas serão aquelas comprometidas com a sustentabilidade em todos os seus aspectos, não podemos ignorar a realidade do país na qual se inserem, onde grandes oportunidades convivem com profundas desigualdades.

Para a grande maioria das empresas – especialmente aquelas de pequeno e médio porte – a inclusão de demandas e expectativas desses novos atores no planejamento de suas atividades é algo que pode soar um pouco distante dos desafios concretos com os quais elas estiveram lidando até o presente momento. Contudo, é cada vez maior o número de empresas, especialmente de grande porte, no Brasil e no exterior, que passam a levar em consideração, na escolha de seus fornecedores, critérios relacionados às condições de trabalho, ao cumprimento das leis e ao respeito ao meio ambiente.

O mesmo pode ser dito em relação a várias instituições financeiras, que já incluem entre os seus critérios para a concessão de crédito, aspectos relacionados à responsabilidade socioambiental das empresas à responsabilidade socioambiental das empresas.

Na mesma direção, caberia ainda citar o chamado “consumo consciente”, que expressa uma tendência segundo a qual os consumidores passam a selecionar marcas e produtos a partir da responsabilidade socioambiental das empresas.

A RSE é boa para os negócios de qualquer porte: significa oportunidades para as empresas construírem diferenciais competitivos, reduzirem custos e aprimorarem seus níveis de eficiência e desempenho.

O que não se discute são os valores essenciais embutidos na noção de RSC. Vamos ver quais são:

- Respeito aos direitos humanos;
- Respeito aos direitos trabalhistas;
- Proteção ambiental;
- Valorização do bem-estar das comunidades;
- Valorização do progresso social.

Vistos da perspectiva da sustentabilidade, esses valores essenciais geram uma série de princípios básicos da responsabilidade social corporativa:

- RSC visa a maximização da contribuição a longo prazo das empresas à sociedade e a minimização dos impactos adversos da atividade empresarial sobre a sociedade e a natureza.
- RSC não é filantropia, porque esta é meritória, mas não é sustentável. O gerenciamento das ações de RSC tem que visar a obtenção de resultados visíveis para as empresas.
- RSC não é um truque de marketing, porque truques não têm sustentabilidade: só funcionam por algum tempo. O gerenciamento das ações de RSC tem que visar uma contribuição genuína da empresa ao bem-estar da sociedade.
- RSC se faz envolvendo as partes interessadas (os stakeholders). A empresa não existe isolada da sociedade. Formular uma estratégia de RSC exige a compreensão dos valores e princípios dos que se beneficiam da atividade empresarial ou são por ela afetados.

—— APRENDA UM POUCO MAIS ——

Como ser uma empresa socialmente responsável na prática?

Neste texto eu trouxe algumas formas de como as empresas podem aplicar a responsabilidade social, vamos lá?

1. Reduzir o impacto ambiental: Esta é uma estratégia muito utilizada por diversas empresas. A Amanco, por exemplo, uma marca conhecida pela fabricação de tubos e conexões, vem optando por matérias-primas menos poluentes. Por exemplo, ela parou de usar o solvente à base de tolueno por outros menos poluentes.
2. Educar o público-alvo: Quem não precisa de educação financeira? Ela é essencial para qualquer empresa e também para qualquer pessoa. Pensando nisso, o Bradesco resolveu levar educação financeira para a população carente. Além disso, a empresa também atua em ações de sustentabilidade socioambiental em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável.
3. Criar líderes ambientais: Que tal promover a consciência ambiental dentro da sua empresa? É exatamente isso que o HSBC está fazendo. Em busca de líderes ambientais, o banco criou, há cerca de 3 anos, um programa para incentivar os funcionários chamado Climate Partnership. A instituição treina os colaboradores que tenham interesse no assunto.
4. Usar produtos naturais: Quanto menos os processos químicos utilizados em diversos produtos que utilizamos, melhor para a nossa saúde e também para o meio ambiente. Pensando nisso, a Natura, grande empresa de cosméticos, investe na capacitação dos seus funcionários para que eles consigam extrair óleos naturais das plantas.

Por exemplo, existe um óleo chamado de Murumuru que é extraído de uma planta nativa da região amazônica. O grande problema é que isso é feito por meio de queimadas. As famílias que forneciam a matéria prima usando esse método, passaram a ser orientadas pela empresa a não utilizar mais essa forma de extração.

O que a Natura está fazendo é orientando essas famílias a fornecer a matéria prima sem a utilização das queimadas. Apenas essa ação conseguiu preservar mais de 3 mil palmeiras de onde o produto é extraído.

5. Ações de voluntariado: Que tal incentivar os funcionários a realizar trabalho voluntário? Uma boa prática é realizar visitas em casas de acolhimento de crianças e idosos. Apenas uma simples visita pode fazer um bem enorme para as pessoas que moram nesses locais.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em apenas 5 anos, o número de idosos aumentou em 18%. E quanto às crianças e adolescentes, só aqui no Brasil, são mais de 45 mil vivendo em abrigos.

Criar a consciência nos funcionários é essencial para promover um maior bem-estar desses indivíduos. Doar algumas horas do seu dia significará muito para eles.

6. Fazer doações para instituições sociais: Existem diversas instituições que têm, como principal objetivo, promover uma vida melhor para as comunidades menos privilegiadas do nosso país. Que tal apoiá-las com uma doação financeira? Esse dinheiro será utilizado em diversos programas e projetos que levam boa alimentação, educação, saúde, água potável e outros itens básicos de sobrevivência para quem tem muito pouco.

Fonte: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/6-exemplos-de-responsabilidade-social-para-empresas>

3.3 - ASPECTOS CIENTÍFICOS

Em 1992, na Conferência da ONU – Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Rio-92 ou Cúpula da Terra ou ainda, ECO92, foi criado um documento que chamamos de Agenda 21, que nada mais é do que um conjunto de diretrizes e recomendações para políticas públicas.

Em uma citação deste documento, tão importante para a sustentabilidade, ele diz que para a ascensão do desenvolvimento sustentável é importante que a ciência e a tecnologia tornem-se parte integrante de todos os níveis da educação na formação de pessoas, resultando em evolução pessoal e inclusão no mercado de trabalho.

A ciência e a tecnologia frequentemente oferecem oportunidades para um uso mais criativo dos recursos, acelerando assim a transição para uma situação em que haja sustentabilidade. Embora as oportunidades existam, o seu aproveitamento depende da incorporação pelas pessoas, pois existe uma necessidade de optar por perfis mais baixos de consumo de recursos e energia.

Em princípio as mudanças tecnológicas devem ser mais fáceis de se atingir desde que três obstáculos sejam levados em conta: ao invés de forçar a transferência de tecnologia, adaptar tecnologias a contextos ecológicos, culturais e socioeconômicos variados; as contradições entre as prioridades de pesquisa, exigidas pelo mercado e pelos militares, e aquelas que surgem de uma abrangente das necessidades da sociedade e por sociais obsoletos que as controlam.

Muitos esforços foram dedicados às “tecnologias amigas do meio ambiente” que envolvem tanto as “tecnologias brandas” quanto tecnologias mais avançadas e de menor desperdício e aqui se incluem os equipamentos antipoluição que são de extrema importância. Por outro lado, por mais relevantes que essas alternativas tecnológicas possam ser, escondem uma questão ética fundamental: se as sociedades industrializadas estão preparadas para questionar seu excesso de consumo de bens materiais.

As sociedades altamente industrializadas que representam a modernidade enfrentam riscos ambientais e tecnológicos que não são simplesmente efeitos colaterais do progresso, mas sim, centrais e constitutivos destas sociedades, ameaçando toda forma de vida no planeta e, por isto, estruturalmente diferentes no que diz respeito a suas fontes e abrangência. O progresso gerado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia passa a ser considerado como a fonte potencial de autodestruição da sociedade industrial, a partir do qual se produzem, por sua vez, novos riscos de caráter global, que afetam o planeta sem distinções de classe ou nacionalidade. Exemplos desses riscos cujas consequências são de alta periculosidade é o buraco da camada de ozônio, o aquecimento global, a desertificação, a poluição dos recursos hídricos, a radioatividade, a contaminação dos alimentos, entre muitos outros.

Para entendermos como a tecnologia auxilia na sustentabilidade, vamos falar sobre energias renováveis.

Toda fonte de energia é uma matéria-prima que direta ou indiretamente produz energia para movimentar as máquinas, os transportes, a indústria, o comércio, etc. As mais conhecidas são o carvão, petróleo e a energia produzida pelas águas. Essas fontes de energia podem ser classificadas em:

Energias não renováveis

São aquelas que se encontram na natureza em grandes quantidades, mas uma vez esgotadas, não podem mais ser regeneradas, pois têm reservas finitas. Geralmente são energias que causam danos ao meio ambiente, ou seja, não são sustentáveis. São exemplos de energias não renováveis:

- Combustíveis fósseis: petróleo, carvão mineral, xisto e gás natural;
- Energia nuclear: necessita urânio e tório para ser produzida.

Apesar de a lenha ser uma fonte renovável de energia, os estoques utilizados nem sempre são repostos. A expansão da civilização desde a época greco-romana induziu ao consumo de grandes quantidades de lenha para produzir calor e para construir edifícios, embarcações, armamentos e outros bens. A devastação foi tal que hoje praticamente não há florestas virgens na região do Mediterrâneo. Como não havia preocupação com a capacidade do ambiente em repor os recursos naturais, algumas regiões foram devastadas. Quando os recursos se tornavam escassos, a questão se resolvia pelo abandono da região ou disputando-se as melhores terras. Algumas vezes isso não era possível e populações inteiras foram dizimadas pela fome. (GOLDEMBERG e LUCON, 2007).

Energias renováveis

São aquelas que se regeneram espontaneamente ou através da intervenção humana. São consideradas energias limpas, pois os resíduos deixados na natureza são nulos, consequentemente, são sustentáveis.

Alguns exemplos de energias renováveis são:

- Hidrelétrica: oriunda pela força da água dos rios;
- Solar: obtida pelo calor e luz do sol;
- Eólica: derivada da força dos ventos,
- Geotérmica: provém do calor do interior da terra;
- Biomassa: procedente de matérias orgânicas;
- Mares e Oceanos: natural da força das ondas;
- Hidrogênio: provém da reação entre hidrogênio e oxigênio que libera energia.

Como estamos falando de tecnologias associadas à sustentabilidade, vou falar agora de três importantes:

Energia Hidrelétrica

Esta energia é obtida a partir da energia potencial de uma massa de água, que pode ser proveniente de lagos e rios, e é aproveitada por meio de um desnível ou queda d'água. É convertida na forma de energia mecânica, por uma rotação de um eixo, através de turbinas hidráulicas. Estas turbinas, por sua vez, podem ser usadas como acionamento de um equipamento industrial, como um compressor, ou de um gerador elétrico, com a finalidade de prover energia elétrica para uma rede de energia. Para entendermos um pouco melhor, vamos analisar a figura 3.2.

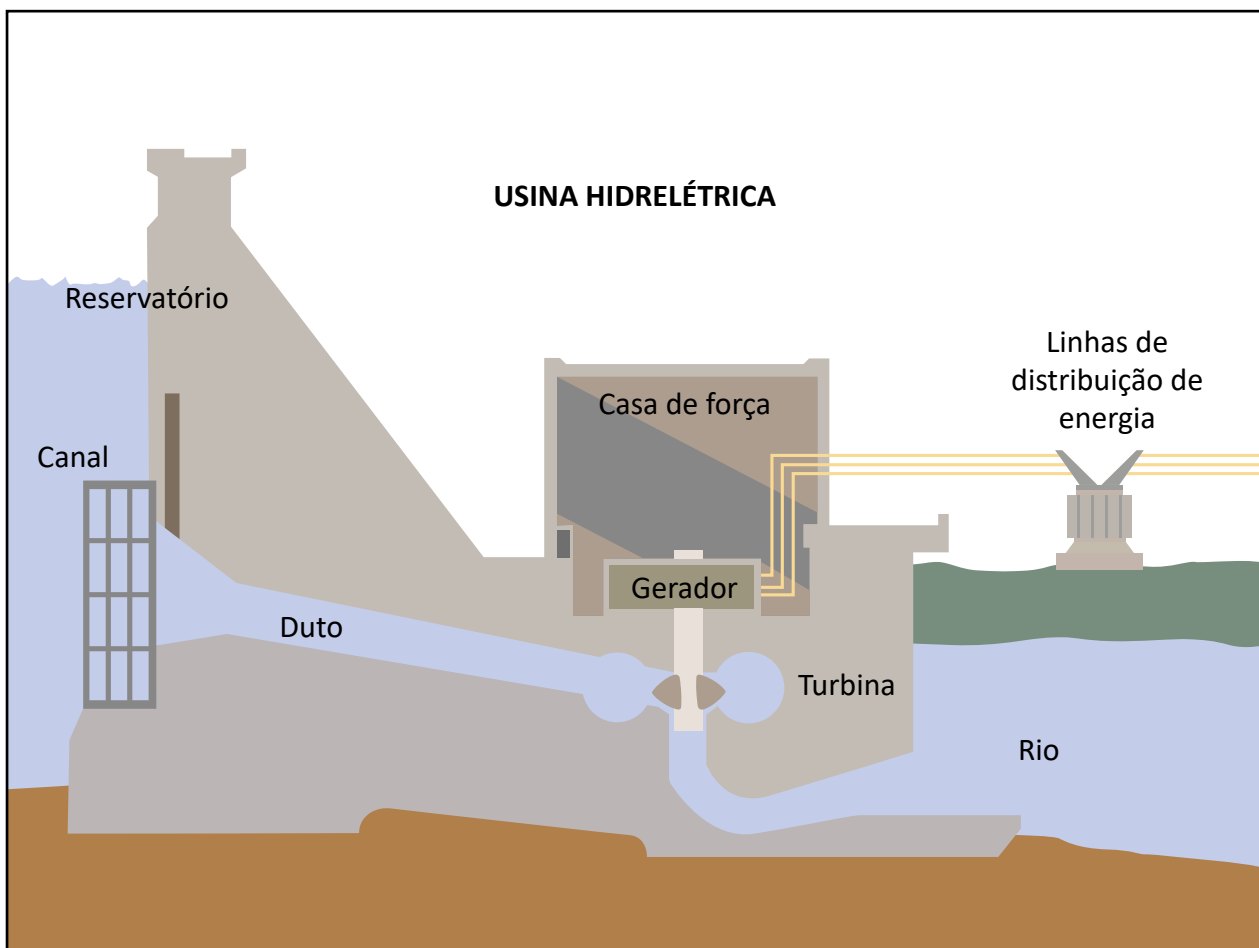


Figura 3.2 - Esquema representativo de geração de energia hidrelétrica
Fonte: Adaptado de [sitesustentavel](https://sitesustentavel.com.br/)

Segundo dados da Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras, são algumas das vantagens do uso de energia hidrelétrica no Brasil:

- Uso de fontes renováveis de energia, uma vez que a água é considerada como uma fonte renovável.
- Viabilidade do uso de outras fontes renováveis, de modo que a flexibilidade e a capacidade de armazenamento das usinas são meios eficientes para dar suporte ao uso de outras modalidades de energia renovável, como é o caso da eólica e solar.
- Não poluição do ar, já que as hidrelétricas não produzem poluentes para lançar na atmosfera, nem subprodutos tóxicos em suas atividades.
- Supostamente as usinas hidrelétricas auxiliam no combate às mudanças climáticas, já que os reservatórios teriam capacidade de absorção de gases do efeito estufa.
- Os reservatórios coletam água das chuvas, considerada potável, a qual pode ser também utilizada para consumo humano, bem como para irrigação em lavouras, dentre outras funções.
- A energia elétrica é considerada como uma fonte energética de baixo custo, sendo que este é revertido ao consumidor final.
- As hidrelétricas trazem além da eletricidade, o desenvolvimento em relação às infraestruturas, impulsionando a construção de estradas e comércios, melhorando a vida das comunidades.
- A energia hidrelétrica é considerada limpa e barata, e não corre o risco de esgotamento, sendo que as hidrelétricas possuem uma ampla vida útil.
- As hidrelétricas são consideradas como meios pelos quais é possível se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Desvantagens da energia hidrelétrica

Nem tudo é perfeito quando se fala em uso de energia hidrelétrica, pois existem também vários problemas relacionados a este recurso.

- Expropriações de comunidades, já que em muitas ocasiões as áreas nas quais são instaladas as usinas já eram anteriormente ocupadas por comunidades indígenas ou tradicionais.
- Desmatamento, perda do equilíbrio do ecossistema, já que as áreas onde as hidrelétricas são construídas são amplas e, conseqüentemente, ocorre uma perda em relação às plantas existentes na região. Quando há um desmatamento, pode haver também um desequilíbrio em relação aos ecossistemas locais. A vida aquática é profundamente afetada pela construção de hidrelétricas, havendo perdas de espécies de peixes.
- Mudança do clima local, uma vez que o reservatório concentra uma ampla quantidade de água, aumentando a transpiração nos locais onde as hidrelétricas estão instaladas. Assim, podem ser alterados os regimes de chuvas na região, bem como a temperatura.

Energia Solar

A Energia Solar Fotovoltaica é a energia obtida através da conversão direta da luz em eletricidade, que chamamos de efeito fotovoltaico. Este efeito, nada mais é do que uma diferença de potencial nos extremos de uma estrutura de material semicondutor, produzida pela absorção da luz. Para entendermos melhor, vamos observar a figura 3.3.

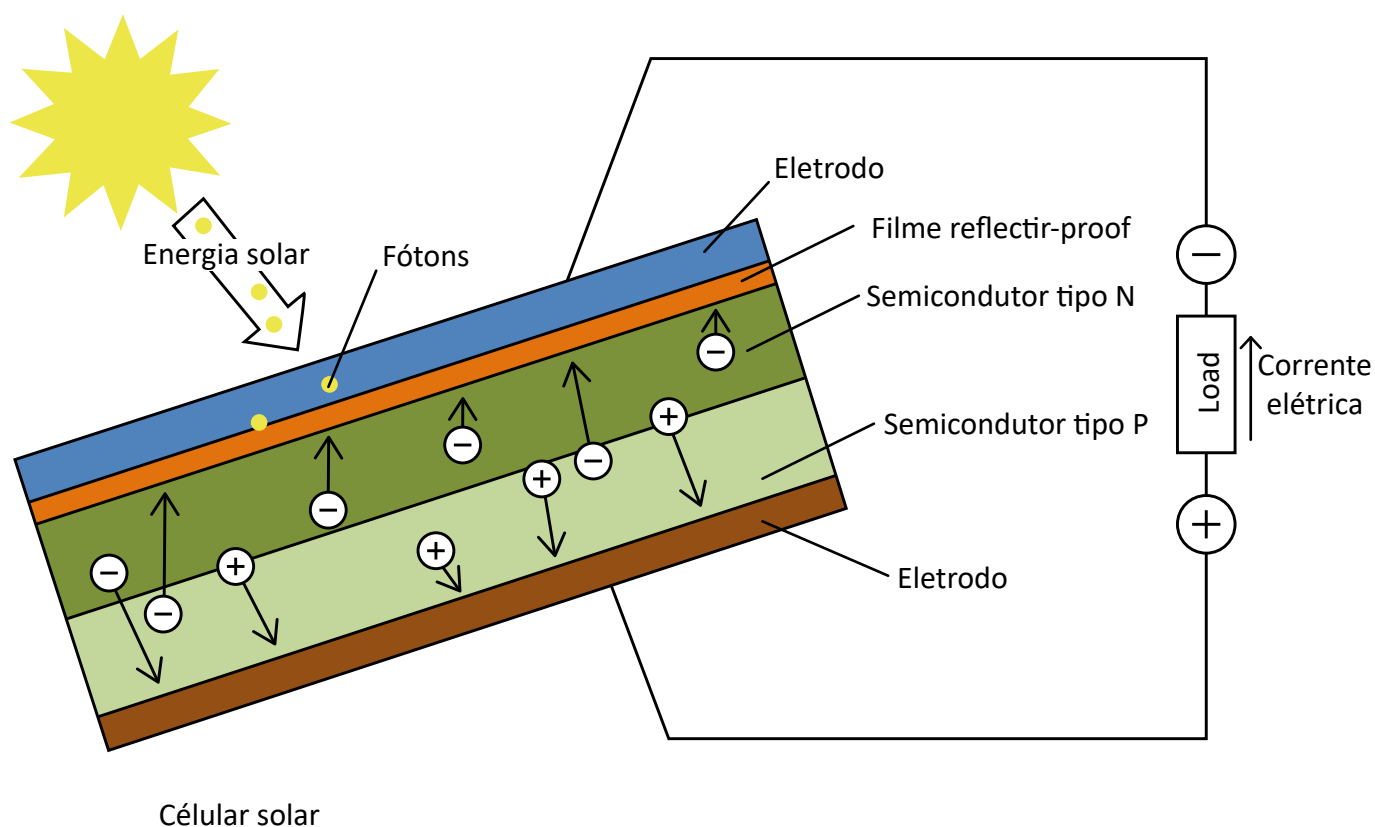


Figura 3.3 - Funcionamento de um painel de energia solar
Fonte: Adaptado de [guntech](#)

Resumidamente, para gerar energia solar, os painéis solares (ou painéis fotovoltaicos) captam a luz do sol e geram energia que é “transportada” até o inversor solar, que é o responsável por converter energia elétrica gerada para as características da rede elétrica. Vamos observar a figura 3.4.

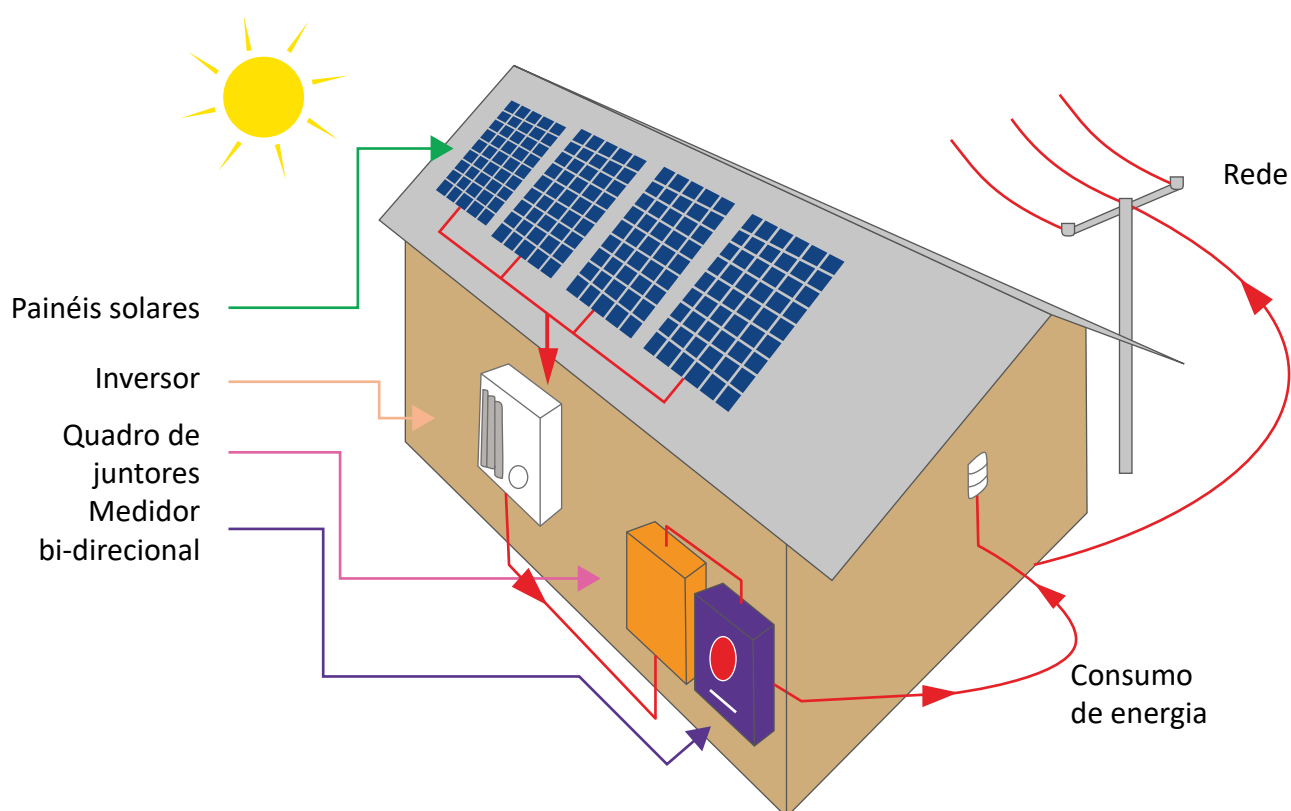


Figura 3.4 - Conversão de energia solar em energia elétrica
Fonte: Adaptado de [guntech](#)

Durante o dia, os painéis fotovoltaicos captam a luz do sol e geram corrente elétrica de forma contínua, que é captada pelos filamentos condutores do painel, passando por um inversor de energia. Depois de passar pelo inversor, a energia solar pode ser usada para alimentar qualquer aparelho da casa, como geladeiras e lâmpadas. Sua tecnologia é limpa e gera uma grande economia na conta de luz.

É a energia proveniente do vento. Tem sido aproveitada desde a antiguidade para mover os barcos impulsionados por velas ou para fazer funcionar a engrenagem de moinhos, ao mover suas pás. Atualmente, essa energia é utilizada para mover aerogeradores, que nada mais são do que moinhos, que através de um gerador, produzem energia elétrica. Ficam agrupados em locais que chamamos de parques eólicos, que nada mais são do que concentrações de aerogeradores necessários para que a produção de energia se torne rentável.

O termo energia eólica descreve o processo pelo qual o vento é usado para gerar energia mecânica ou elétrica. As turbinas eólicas convertem a energia cinética do vento em energia mecânica. Esta energia mecânica pode ser usada para tarefas específicas (tais como a moagem de grãos ou bombear água) ou um gerador pode converter esta energia mecânica em energia elétrica. Para gerar a eletricidade, uma turbina eólica de geração de energia funciona ao contrário de um ventilador. Em vez de usar eletricidade para fazer ventar, como um ventilador, as turbinas eólicas usam o vento para produzir eletricidade. O vento gira as pás, que giram um eixo, que se liga a um gerador, produzindo eletricidade. O gerador são basicamente dois ímãs que, ao girar um sobre outro, produzem carga elétrica. Essa carga é então direcionada para uma estação de armazenamento, que funciona como um nobreak gigante, e então distribuída pela rede elétrica. Entenda melhor o processo analisando a figura 3.4.

Entenda o processo

Estudo mostra que energia eólica poderia suprir necessidades energéticas do mundo com folga

O que é

Turbinas eólicas ou aerogeradores captam a energia do vento e a transformam em eletricidade. São instaladas em locais com ventos constantes

OS VENTOS SE FORMAM PRINCIPALMENTE POR CAUSA DO AQUECIMENTO DESIGUAL DA ATMOSFERA PELO SOL



AS IRREGULARIDADES DA SUPERFÍCIE E A ROTAÇÃO DA TERRA TAMBÉM AJUDAM



Como funciona

1 A força do vento gira as três pás que propulsionam um rotor. Este se conecta com o eixo principal que move um gerador

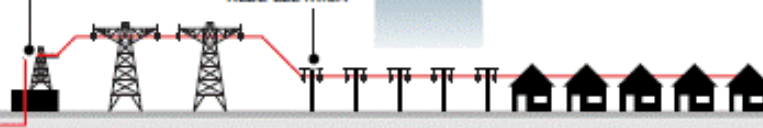
AS PÁS DA HÉLICE SÃO FEITAS DE MATERIAIS LEVES COMBINADOS, COMO FIBRA DE VIDRO, MADEIRA, AÇO E FERRO

TURBINAS EÓLICAS

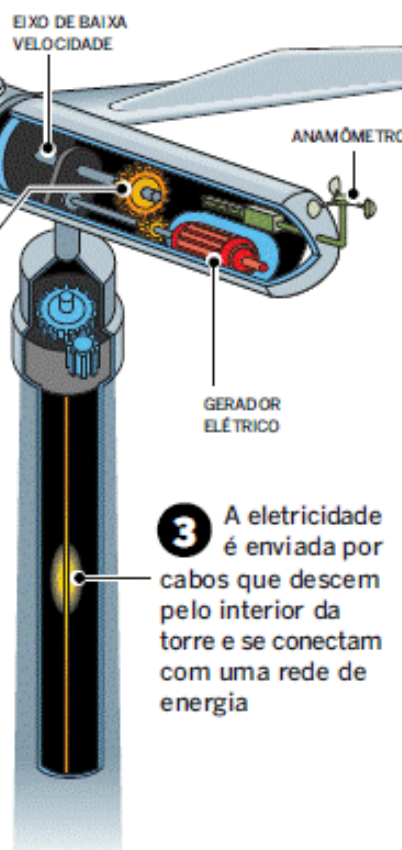


A ENERGIA PRODUZIDA PELAS TURBINAS EÓLICAS É LEVADA A CENTRAIS, ONDE PODE SER UNIDA A OUTRAS FORMAS DE ENERGIA

DEPOIS, SEGUE PARA OS DOMÍLIOS PELA REDE ELÉTRICA



2 Dentro da turbina há um multiplicador de velocidade que gira o rotor a 1.500 giros por minuto. Isso permite que o gerador produza eletricidade



3 A eletricidade é enviada por cabos que descem pelo interior da torre e se conectam com uma rede de energia

Figura 3.5 - Esquema completo de geração e armazenamento de energia eólica.

Fonte: [palpitedigital](http://palpitedigital.com.br)

Os parques eólicos têm se popularizado rapidamente, pois a energia eólica é uma energia limpa, que respeita o meio ambiente, ou seja, sustentável.

Contudo, esse tipo de energia também causa alguns contratempos, como poluição sonora, devido ao ruído produzido pelos aerogeradores. Há também, quem considere que os parques eólicos geram poluição visual. Outra problemática desse tipo de energia são os locais de sua instalação, visto que podem coincidir com a rota de aves migratórias, podendo causar a morte de várias aves que se chocam com as hélices dos aerogeradores.

Diferentemente da placa de energia solar, os aerogeradores não podem ser instalados de forma rentável em qualquer área, já que requerem um tipo de vento constante, mas não excessivamente forte.

As tecnologias utilizadas para a geração de energia renovável são uma solução viável para a sustentabilidade, pois são duráveis, emitem pouquíssimo ou nenhum carbono durante seu ciclo de vida e os recursos naturais utilizados (como o sol e o vento), são praticamente inexauríveis.

Para acelerarmos o crescimento das energias renováveis, precisamos:

- Vencer a resistência dos mercados;
- Eliminar os subsídios às fontes não renováveis;
- Reduzir os custos das tecnologias para as energias renováveis;
- Estabelecer políticas progressivas para a sua introdução;
- Disseminar essas tecnologias a todos.

—— APRENDA UM POUCO MAIS ——

A sustentabilidade é extremamente importante para que o nosso meio ambiente não se torne cada vez mais escasso ao longo dos anos. Ter atitudes sustentáveis consiste em cuidar do planeta eliminando pequenas ações do nosso dia a dia que trazem consequências prejudiciais, e substituí-las por outras que apresentem formas mais saudáveis e menos destrutivas.

Quando pensamos em tecnologia e sustentabilidade num mesmo contexto, facilmente nos vêm à cabeça o quanto esses produtos podem afetar negativamente nosso meio ambiente. Desde a produção, são diversos os rejeitos descartados de maneira inconsequente e que poluem nossos recursos naturais.

Nós podemos, simplesmente, mudar nossas atitudes, como aprender a realizar o descarte correto de ferramentas eletrônicas para que seus materiais não prejudiquem o ambiente. No entanto, também existem várias formas de ajudar o meio ambiente usando a tecnologia.

É possível, sim, preservar o planeta, nossos recursos naturais e promover a sustentabilidade usando produtos tecnológicos. Entenda melhor sobre essa união a seguir.

Para que você entenda um pouco mais sobre como a tecnologia pode ser benéfica, separei o vídeo “Tecnologia e Meio ambiente”, que contextualizará o que você vai aprender nessa disciplina. Clique no link indicado a seguir e assista ao vídeo. O conteúdo é simples e claro, facilitará sua compreensão. Não se esqueça de fazer suas anotações sobre o que aprendeu.



Fonte: youtubeBR - SESCOOP RJ, 2015

3.4 - ASPECTOS CULTURAIS E ÉTNICOS

A cultura é um importante marcador das sociedades, pois guia nossos comportamentos e ajuda a diferenciar os grupos. Muitos dos nossos valores culturais são tão arraigados, que muitas vezes nem percebemos que temos esse ou aquele comportamento. Geralmente não pensamos na questão cultural até visitarmos outra cultura, como um estado diferente ou até mesmo um outro país.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi descrito a primeira vez em 1980, contudo, a ideia de incluir a cultura entre as dimensões da sustentabilidade só ocorreu em 2001, pois o pesquisador australiano John Hawkes lançou um estudo intitulado “O quarto pilar da sustentabilidade: o papel da cultura no planejamento público”.

Durante a Rio+20 que ocorreu em 2012, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável trouxe a questão cultural como centro de novos debates, pois, segundo a conferência, estamos passando por mudanças climáticas e desafios ambientais, e precisamos de profundas alterações no estilo de vida das pessoas. Ou seja, precisamos pensar em novas formas de interação e na manutenção e difusão das culturas locais.

As principais políticas para a sustentabilidade são construídas sobre o tripé da sustentabilidade. Vamos relembrar rapidamente o que cada pilar sustenta (figura 3.6): O pilar econômico visa à criação de renda, o pilar social redistribui a renda e visa introduzir considerações relacionadas com a equidade entre os membros de uma sociedade, e o terceiro pilar lança um olhar sobre a responsabilidade pelo meio ambiente.

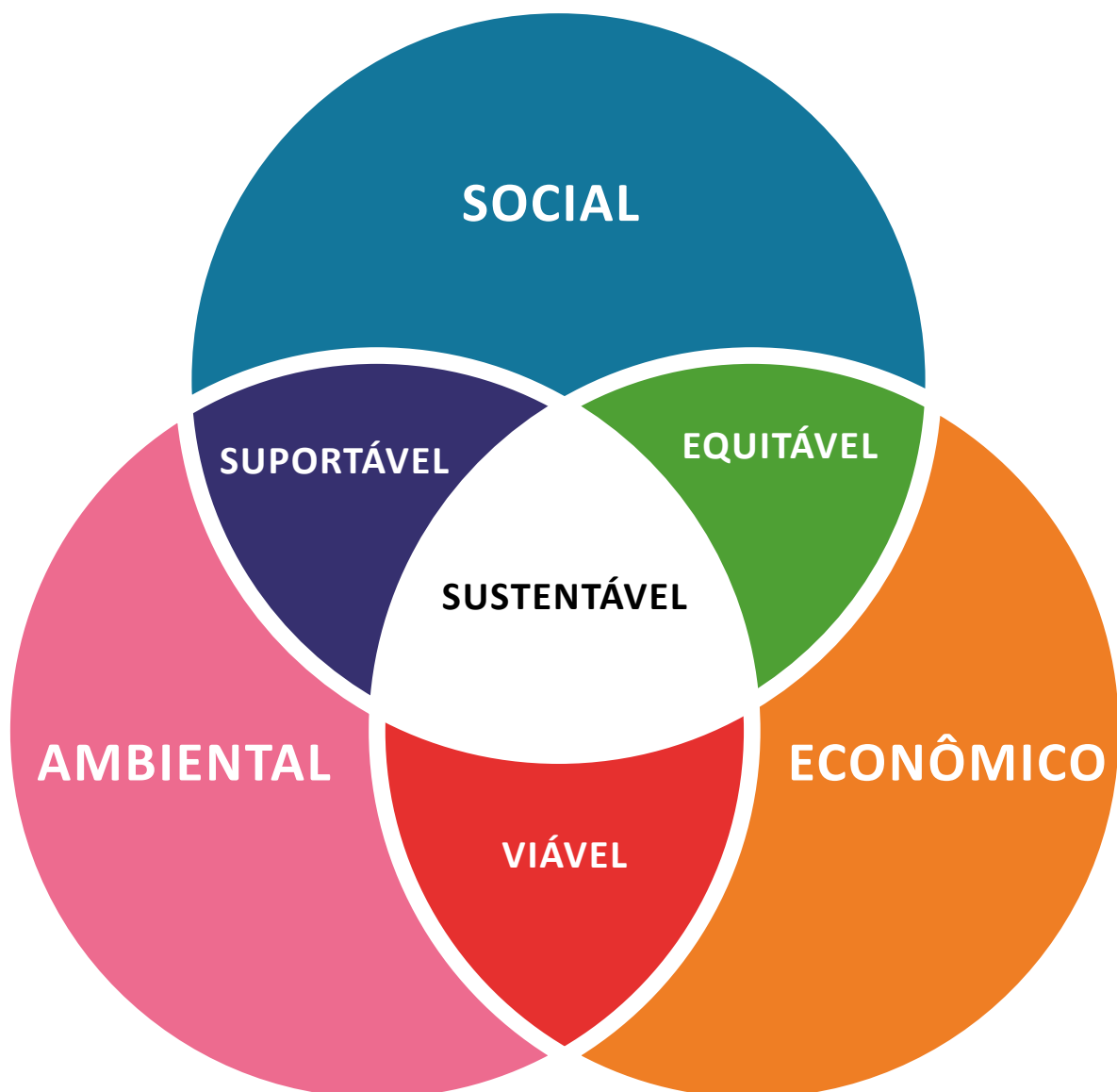


Figura 3.6 - Tripé da Sustentabilidade
Fonte: Adaptado de [indagacao](#)

Esses três pilares moldam o paradigma do desenvolvimento sustentável, que se consolidou a partir do Relatório Brundtland (1987), e foi amplamente reconhecido na Cúpula da Terra do Rio de Janeiro em 1992. Porém, esse paradigma já é considerado ultrapassado, pois a sustentabilidade edifica-se em mais pilares do que apenas estes três, devendo haver um quarto pilar, e alguns autores consideram até um quinto pilar. São eles (figura 3.7):

- **Sustentabilidade cultural:** o quarto pilar, que garante a continuidade das tradições e continuidade da pluralidade dos povos;
- **Sustentabilidade espacial:** o quinto pilar, que busca uma configuração urbano-rural mais equilibrada, evitando-se a concentração da população em áreas metropolitanas ou em assentamentos humanos em ecossistemas frágeis.

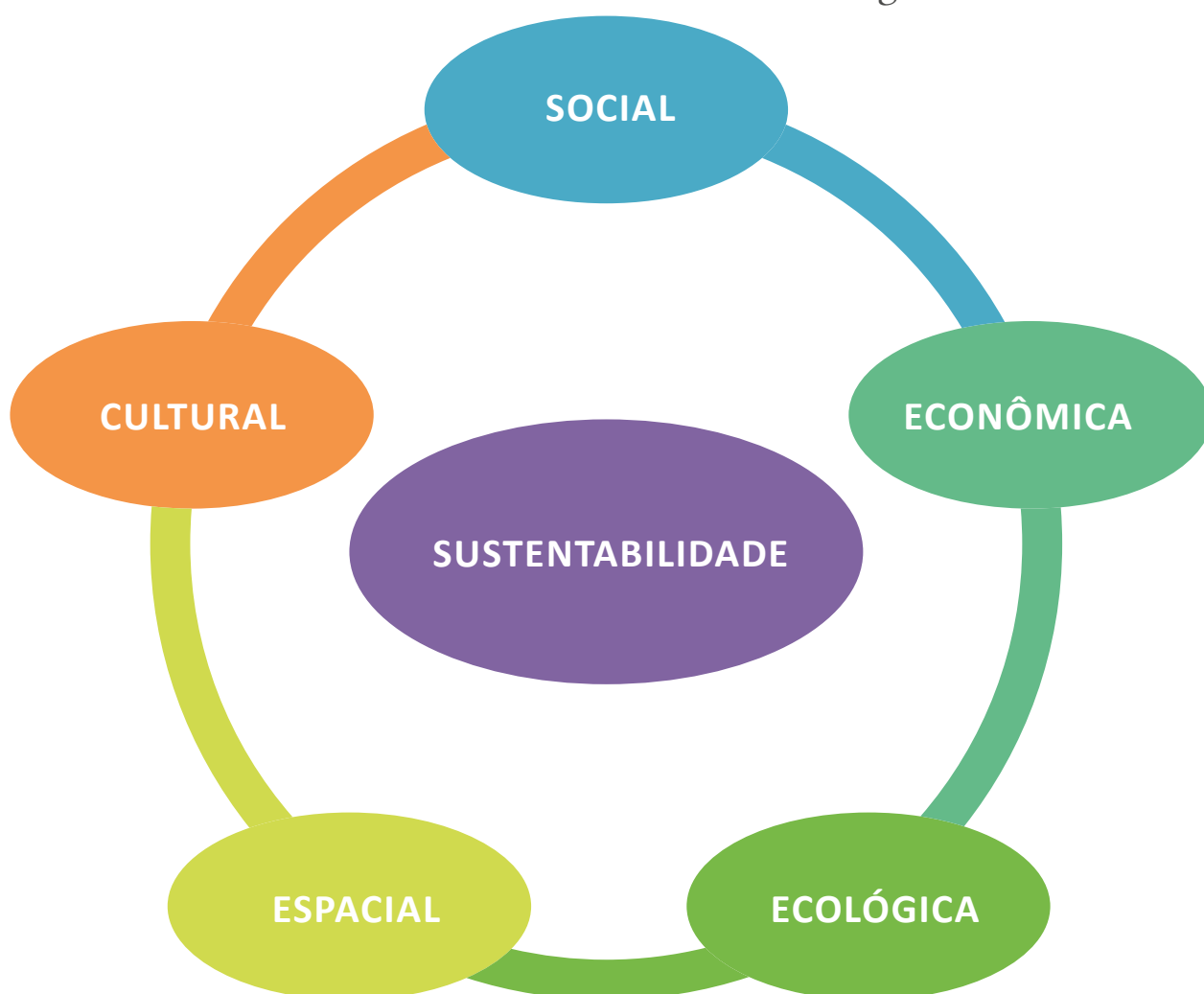


Figura 3.7 - Os novos pilares do Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Adaptado de [autossustentavel](http://autossustentavel.com.br)

A cultura é presente na dimensão econômica, e mesmo assim, não pode ser utilizada como um instrumento para o crescimento econômico. Também está na dimensão social, mas é algo tão complexo que não pode ser simplificado para fornecer coesão a uma sociedade. Está certamente presente na dimensão ambiental, mas não podemos usá-la apenas para aumentar a conscientização sobre a responsabilidade ambiental.

Ao tratarmos da questão cultura na atualidade precisamos afirmar que esta não deve ser mais pensada de forma isolada, pois é necessária uma visão de totalidade sobre o território e a sociedade.

Atualmente há uma tendência de segmentar conceitos relativos à sustentabilidade, como “sustentabilidade ambiental”, “sustentabilidade de consumo”, etc., mas, apesar dessa tendência, o estabelecimento de metas e prioridades, o planejamento e a aplicação do desenvolvimento sustentável não devem deixar de pensar em todos os aspectos que o envolvem.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “a afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social”.

A UNESCO aponta também alguns pontos sociais que podem ser abordados pela perspectiva cultural:

- Erradicação da pobreza: segundo estudos, a pobreza não se reduz à ausência de recursos econômicos. Ela também considera outros aspectos, como as barreiras para o acesso à educação de qualidade e o desconhecimento de valores culturais;
- Democracia e participação: são aspectos fundamentais que possuem vinculação com a cultura e a consolidação da cidadania;
- Perspectiva de gênero: os fatores culturais são fundamentais para as mudanças na estrutura da família e nas suas funções perante a sociedade. Entre elas estão a importância das culturas juvenis e a relevância das culturas urbanas;
- Consumo responsável: atualmente, há uma grande discussão que aponta e reforça o sentido cultural do consumo como um todo;
- Educação e aquisição de capacidades/habilidades: nesta área, a cultura pode trazer novas possibilidades e instrumentos educativos, relacionando os conceitos em diversas áreas.

A cultura faz parte de toda e qualquer iniciativa promovida pela sociedade, é um elemento social. Sua relação envolve questões individuais que estimulam o desenvolvimento pessoal, a confiança e a autoestima. Ela ainda permite desenvolver habilidades criativas e gerar fontes de trabalho, saúde e bem-estar. Quando consideramos o coletivo, destaco a cidadania, o sentimento de comunidade e pertencimento, o intercâmbio cultural, a integração e as conexões entre grupos, além da capacidade de organização e iniciativas comunitárias.

No Brasil, quando falamos de cultura, não conseguimos dissociar da política e da iniciativa privada. A sustentabilidade da cultura depende fundamentalmente das leis de incentivo fiscal. Outro fator importante que impede seu desenvolvimento é o fato de a população ainda não ter o hábito de frequentar atividades ligadas à área. Precisamos investir em nível estratégico, com definição de políticas, programas e ações culturais; e também no instrumental, dispondo de ferramentas de aplicação estratégicas.

Quando não temos uma consciência cultural, o desenvolvimento sustentável se retira da vida cotidiana das pessoas e comunidades, ou a atrai para lugares onde sua vida e tradições não tem lugar. Durante muitos anos a questão cultural não foi incluída no desenvolvimento, e atualmente, um dos grandes desafios contemporâneos é buscar formas para que o desenvolvimento das sociedades seja também o das pessoas, e de toda a comunidade de seres vivos. Uma cultura sustentável pode contribuir para curar o planeta e a localidade, pois pode ajudar a pessoa a se sentir mais integrada, harmonizada com a natureza e a vida.

Ao tratarmos da questão cultural na atualidade precisamos afirmar que esta não pode nem deve mais ser pensada de forma isolada, pois é necessária uma visão de totalidade sobre o território e a sociedade. Embora a equação “cultura = arte” esteja ultrapassada no debate cultural, e o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura anunciem outras visões, diálogos e contextos, a maior parte dos envolvidos ainda manifesta uma percepção segmentada do acontecimento cultural.

Certamente estamos falando de uma visão mais ampla de cultura, uma cultura da sustentabilidade, que dá conta de dimensões maiores que arte e que trata da cultura como um todo, como um bem comum da localidade, do país, do planeta; de um paradigma de saudabilidade, de saúde para o planeta – social, mental e ambiental. E também estamos falando de uma integração de conhecimentos e ações que justamente dão essa conotação de sustentabilidade e não apenas de uma visão ambientalista de mundo, sem negá-la, é lógico. Quando falamos de sustentabilidade, estamos falando de bem comum. Não há cultura da sustentabilidade sem a preservação e o desenvolvimento do Bem Comum. E os bens comuns são patrimônios da humanidade, valores partilhados, imaginários, bens necessários para a vida, criações coletivas. Desta forma a cidade deve ser um bem comum – a água, a terra, a alimentação, os patrimônios culturais materiais e imateriais fazem parte de uma cultura urbana sustentável.

A localidade possibilita, pela proximidade entre seus atores, a possibilidade de criação de uma cultura conversacional, base da construção da cultura local e de alternativas ao desenvolvimento centrado na economia. O diálogo entre organizações, redes, fóruns, parcerias público-privado, rural-urbano em articulação nos três níveis local-estadual-federal, pode implementar um processo criativo de aproximação, diálogo e sínteses de modos de vida, ações e políticas públicas relevantes para o desenvolvimento da localidade. É sempre necessário reafirmar essa verdade presente no diálogo intercultural, pois muitos movimentos e, particularmente governos, ainda se fecham em pequenas políticas e não acreditam na capacidade dialógica para a construção de ações, políticas, e da esfera pública. O local é um lugar de oportunidade do encontro das diferenças; que deveria ser o fundo comum de todo o trabalho cultural local: a criação de uma verdadeira cultura da convivência a partir das diferenças explicitadas no diálogo e nas ações públicas.

Com essas considerações estamos demonstrando que a nossa meta é construir o desenvolvimento humano e a qualidade de vida integral: talvez seja isto que pretendemos – criar na localidade não apenas processos de uma cidadania mais ativa e de uma governança democrática. O que está em questão, em última análise, é a construção civilizatória a partir do local; não a imagem empobrecida da cidade global, nem aquela que cria parâmetros competitivos para situar-se na ordem da desordem global, mas a que prepara outra noção de local com constitutivos de pertencimento e identidades, que diferencia um lugar de outro pela forma como exerce modos de vida culturalmente saudáveis.

Às vezes temos a impressão, outras a certeza, de que as políticas remendam situações históricas, mas não superam ou mudam paradigmas do fazer público. Assim, em vez de inovarmos, corremos sempre atrás dos prejuízos ou da compensação para uma vida em colapso permanente.

Não há dúvida de que nos anos 2000 a participação e as políticas públicas deverão dialogar com a sustentabilidade e não apenas com a democracia e processos de empoderamento local ou nacional. A referência de contexto necessita estar dentro de um cenário maior, para não se descolar dos grandes problemas sociais e civilizatórios. E aí a cultura pode ganhar contornos sustentáveis, pois há uma cultura insustentável presente em nossos estilos de vida marcados por um individualismo exacerbado e por um culto da economia como fator de sucesso, fundamento do desenvolvimento material sem qualquer transcendência.

—— APRENDA UM POUCO MAIS ——

A cultura é fundamental para que as pessoas entendam o verdadeiro significado da preservação e conservação dos recursos naturais, além de exercer um papel importante no desenvolvimento do país e do mundo. O Brasil possui uma diversidade imensa em níveis de tradições e conhecimentos, e a preservação das raízes culturais de povos sertanejos, índios e comunidades ribeirinhas, que tem como foco a preservação do ambiente em que vivem, a colheita do que a terra produz e o respeito pela natureza é fundamental para que a sustentabilidade seja, de fato, aplicada em todos os âmbitos da sociedade. A sustentabilidade cultural é exatamente isso, uma sociedade em que todos juntos lutam por um mundo melhor. Para que você entenda um pouco mais sobre a cultura e a sustentabilidade, separei o vídeo “Sustentabilidade em Projetos Culturais”, que contextualizará o que você vai aprender nessa disciplina. Clique no link indicado a seguir e assista ao vídeo. O conteúdo é simples e claro, facilitará sua compreensão. Não se esqueça de fazer suas anotações sobre o que aprendeu.



Fonte: youtubeBR -Elaborando Projetos – Sociais e Culturais

—— PARE E PENSE NISSO ——

É importante que você reflita um pouco sobre essas relações de trabalho. E dá para fazer isso enquanto se diverte com uma das obras-primas do cinema, o filme *Tempos Modernos*, de 1936, que foi escrito, roteirizado, dirigido e estrelado por um dos gênios da raça, Charles Chaplin. No filme, ele mostra um personagem na linha de montagem de uma fábrica que é usado para testar uma máquina revolucionária. A ideia do patrão era fazer com que os operários não parassem de trabalhar nem mesmo na hora das refeições. Lembre-se que o foco das empresas na época era produzir o máximo. Bem, o personagem enlouquece, vai parar num sanatório e, ao sair de lá, se mete numa grande confusão durante uma marcha de protesto de trabalhadores e vai preso. A história é recheada de situações muito engraçadas, mas o que chama a atenção é a crítica social com a narrativa. É uma grande denúncia social feita por Chaplin. Divirta-se e não perca de vista a “leitura” sobre as relações de trabalho e a total falta de preocupação do sistema com a qualidade de vida das pessoas trabalhadoras.

O QUE APRENDEMOS

Nesta unidade estudamos como existem diversos aspectos relacionados à sustentabilidade. Analisamos como a economia interfere ou auxilia, com a cultura pode ser um importante marcador das sociedades, como a tecnologia pode nos auxiliar entre vários outros temas. Os temas abordados foram:

- 3.1 - Aspectos psicológicos e legais.
- 3.2 - Aspectos políticos, sociais e econômicos.
- 3.3 - Aspectos científicos.
- 3.4 - Aspectos culturais e étnicos.

Na sequência, a unidade 4 falará de aspectos que devemos considerar quando pensamos em desenvolver algum projeto voltado para a sustentabilidade, ou ainda se quisermos tornar nossa empresa mais sustentável. Esperamos você.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. **Dimensão cultural da sustentabilidade**. Ministério da Cultura e Turismo. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/riomais20/rio-20-dimensao-cultural-da-sustentabilidade>>. Acesso em 18 jan. 2020.

BORDALO, R. Manual Completo de Direito Ambiental. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2019.

FARIA, H., **Cultura e Sustentabilidade**. Akatu: Por um consumo consciente. Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/noticia/cultura-e-sustentabilidade>>. Acesso em 18 jan. 2020.

FERNANDES, J. **Cultura**: o quarto pilar da sustentabilidade. Rede Filantropia. Disponível em: <https://www.filantropia.org/informacao/cultura_o_4_pilar_da_sustentabilidade>. Acesso em 18 jan. 2020.

HAYDU, V. B; CAMARGO, J. C. Práticas sociais sustentáveis: Psicologia, Educação e Saúde. Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento Universidade Estadual de Londrina. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/haydu/textos/praticas-sociais-sustentaveis-psicologia-educacao-e-saude.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2020.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Saúde e Sociedade 8(1): 31-48. 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília, 2010.

Sem autor. **O que tem a ver cultura e sustentabilidade**. Rede Mobilizadores. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/o-que-tem-a-ver-cultura-e-sustentabilidade>>. Acesso em 18 jan. 2020.

MENEGUETTI, C. F. Gestão Ambiental Empresarial. Maringá, PR: Editora Cesumar, 2012.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia (Natal). Vol. 3. N.1. Natal. Jan/Jun 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100008>>. Acesso em 21 fev. 2020.



CENTRO UNIVERSITÁRIO

fag.edu.br
(45) 3321-3900

Avenida das Torres, 500
Loteamento FAG
Cascavel | Paraná
CEP 85806-095